RESUMO
O artigo examina o progresso da inclusão educacional no Brasil, evidenciado pelo aumento das matrículas na educação especial, em grande parte devido à integração de estudantes com deficiência em classes regulares. Destaca a carência de recursos pedagógicos adaptadas para garantir acesso equitativo à educação e defende a acessibilidade como um direito humano essencial. A técnica de Leitura Fácil é abordada como uma ferramenta crucial para facilitar o letramento e a compreensão de pessoas com dificuldades cognitivas. Apesar dos avanços, desafios permanecem na oferta de conteúdos adaptados, ressaltando a importância de práticas educativas inclusivas para assegurar a dignidade e os direitos de todos os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Educacional; Estratégia Pedagógica; Letramento Adaptado; Técnica.

ABSTRACT
The article examines the progress of educational inclusion in Brazil, evidenced by the increase in enrollments in special education, largely due to the integration of students with disabilities into regular classes. It highlights the need for adapted pedagogical strategies to ensure equitable access to education and advocates for accessibility as an essential human right. The Easy Reading technique is addressed as a crucial tool for facilitating literacy and comprehension for individuals with cognitive difficulties. Despite advances, challenges remain in providing adapted content, emphasizing the importance of inclusive educational practices to ensure the dignity and rights of all students.
KEY-WORDS: Educational Inclusion; Pedagogical Strategy; Adapted Literacy; Technique.

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional no Brasil tem se expandido nas últimas décadas, refletindo-se no aumento significativo das matrículas na educação especial. Segundo o Relatório Técnico do Censo da Educação Básica de 2021 (Brasil, 2021), entre 2017 e 2021, o Brasil observou um aumento na matrícula de alunos com deficiência em classes comuns, ultrapassando 90% em quase todas as etapas da educação básica, exceto na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A inclusão foi maior na educação profissional subsequente/concomitante, com 99,5% de alunos inclusos, e a educação infantil teve um aumento significativo de 6,3 pontos percentuais. O percentual de alunos matriculados em classes comuns cresceu de 90,8% em 2017 para 93,5% em 2021, com um aumento no número de alunos sem acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), que passou de 51% para 53,8%. As redes estaduais (97,4%) e municipal (96,2%) apresentaram os maiores índices de inclusão, enquanto na rede privada, apenas 39,8% das matrículas em educação especial estavam em classes comuns (Brasil, 2021)

Essa inclusão amplia o direito de acesso à educação e reforça a importância de estratégias pedagógicas adaptadas. A implementação de um sistema educacional inclusivo é fundamentada nos princípios dos direitos humanos, com a finalidade de oferecer o desenvolvimento máximo das habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais de cada estudante, conforme suas características e necessidades (Brasil, 2015).

A acessibilidade, conceito essencial para a inclusão, compreende a possibilidade de utilização segura e autônoma de espaços, equipamentos e informações. Sassaki (2009) complementa essa definição ao afirmar que a acessibilidade é uma qualidade ansiada para todas as esferas da vida humana, e no âmbito educativo, os textos e materiais pedagógicos, envolve torná-los compreensíveis e utilizáveis por todos, sem barreiras.

Conforme Pletsch (2020), a proposta da Leitura Fácil é uma ferramenta inclusiva que visa assegurar os estudantes com deficiência participem das atividades educativas de maneira significativa, superando as barreiras impostas pela deficiência e favorecendo

o desenvolvimento integral. Como explica Finatto e Tcacenco (2021), a adaptação textual é vista como uma tradução intralinguística, essencial para que diferentes variados graus de maturidade cognitiva possam ter acesso a obras literárias e outros textos.

A Leitura Fácil, desenvolvida na Suécia em 1968 e difundida pela Europa, diferencia-se da simplificação tradicional de textos, uma vez que não se limita ao conteúdo informativo e incluem diretrizes que abrangem tanto textos expositivos quanto literários. Destinada a pessoas com deficiência cognitiva, surdez, autismo, dislexia, afasia, TDAH, migrantes, idosos e indivíduos com escolaridade limitada, essa técnica adapta conteúdo textual, imagens e diagramação para promover o entendimento e a interação equitativa (Pires, Machado, Scherer & Kemper, 2023)

Para que uma leitura seja acessível, ela deve possuir duas características primordiais: leiturabilidade e legibilidade. A leiturabilidade se refere à facilidade com que o conteúdo é compreendido pelo leitor, enquanto a legibilidade diz respeito aos elementos visuais do texto, como fonte, contraste e diagramação, que facilitam a leitura. A técnica de Leitura Fácil, por exemplo, é uma ferramenta inclusiva que adapta conteúdos textuais para pessoas com dificuldades de compreensão, promovendo equidade ao possibilitar que esses indivíduos se apropriem da leitura (Pletsh & D.Lima 2007).

Estudos recentes em Linguística Aplicada e Estudos da Tradução mostram que a adaptação textual, sobretudo para o público com deficiência intelectual, pode atuar como um mecanismo de ascensão social e letramento. Segundo Paraguassu e Finatto (2018), simplificar um texto é tornar seu conteúdo mais acessível, auxiliando o leitor a percorrer o caminho do letramento. Dessa forma, a simplificação textual envolve uma análise da complexidade do texto original, seguida de um processo de reformulação adequado ao perfil do leitor.

Contudo, a Leitura Fácil não deve ser vista como uma solução universal. O público-alvo dessa adaptação é extremamente diverso, com variadas necessidades e habilidades. É, portanto, essencial que o adaptador conheça bem o público específico, considerando aspectos como memória, atenção e familiaridade com o tema para promover uma adaptação eficaz. Tal cuidado assegura que a Leitura Fácil não imponha um padrão rígido, mas ofereça níveis de leitura que respeitem as particularidades de cada leitor.

A problemática da inclusão educacional, especialmente no que concerne ao acesso a materiais pedagógicos acessíveis para estudantes com deficiência, tem se intensificado nos últimos anos, dado o crescimento do número de matrículas na educação especial no Brasil. Apesar dos avanços na inserção de alunos com deficiência em classes regulares, o desafio de oferecer conteúdo adaptados que promovam uma aprendizagem efetiva e equitativa permanece.

Dessa forma, a leitura fácil se alinha à visão psicopedagógica de uma educação inclusiva, colaborando para a criação de ambientes de aprendizagem em que todos os alunos tenham a oportunidade de explorar e compreender o conteúdo, independentemente de suas dificuldades.

Tal cenário destaca a demanda de ampliar o entendimento sobre estratégias de adaptação textual, como a Leitura Fácil, e suas implicações para a inclusão. Este estudo, portanto, torna-se relevante ao explorar como a adaptação textual pode facilitar o acesso ao letramento e à aprendizagem significativa de estudantes com diferentes habilidades cognitivas. Sendo assim, o objetivo principal é analisar os critérios e práticas que tornam o conteúdo pedagógico acessível e inclusivo, possibilitando a participação ativa desses alunos no processo educativo.

ACESSIBILIDADE E DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES

A educação formal, constitui-se como um dos direitos inalienáveis fundamentais, sendo uma prerrogativa essencial garantida a todo indivíduo. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a educação deve ser gratuita e obrigatória nos níveis elementares, cabendo às nações o compromisso de reconhecê-la como uma base estrutural para a construção de novas mentalidades e para o desenvolvimento de sociedades mais justas e inclusivas (ONU, 1948).

Assim, educar com um enfoque nos direitos humanos significa buscar soluções viáveis para promover uma formação cidadã que

valorize a dignidade e o respeito mútuo, incentivando uma cultura de paz e compreensão entre os povos.

[...] formação de nova mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e da tolerância. Como processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, seu objetivo é combater o preconceito, a discriminação e a violência, promovendo a adoção de novos valores de liberdade, justiça e igualdade. (Brasil, 2010, p. 185).

Posto isto, a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência é essencial para a consolidação de uma sociedade inclusiva, especialmente na educação. Partindo de uma reflexão sobre as conquistas da acessibilidade em consonância com os diretos humanos, sabe-se que em 1983, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotou a Convenção 159, estabelecendo a década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência. Posteriormente, em 1993, a ONU reforçou a importância da acessibilidade e dos direitos humanos para essa população, destacando a educação como área fundamental (ONU, 1993).

No Brasil, a Constituição de 1988 promoveu a participação da sociedade civil em políticas públicas, levando à criação de normas e compromissos para assegurar os direitos das pessoas com deficiência. Em 1994, a Declaração de Salamanca enfatizou a necessidade de escolas inclusivas, impactando a organização escolar em diversos países e sendo uma base para as ações brasileiras na educação inclusiva (UNESCO, 1994; Brasil, 2008).

Em 2009, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPCD), que reafirma a acessibilidade como direito essencial para a plena participação social. Conforme a então Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, o Brasil busca ser uma nação inclusiva e acessível em sentido amplo (Brasil, 2013).

Por fim, a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e o

Programa Escola Acessível (PEA) destacam-se como políticas para garantir acesso e permanência de alunos com deficiência em escolas, promovendo um sistema educacional inclusivo em todo o país (Brasil, 2015). Pretendendo alcançar a meta de inclusão plena, o Estado brasileiro ressalta a importância desse programa como medida estruturante, com o seguinte objetivo geral:

Promover a acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e as comunicações e informações (Brasil, 2011, p. 6)

Dessa forma, a responsabilidade pela formação de cidadãos críticos e conscientes em relação aos direitos humanos recai sobre a escola, representada por seus educadores e demais agentes envolvidos no processo educativo. É imperativo que a escola não apenas prepare os alunos para a cidadania, mas também promova um ambiente que fomente a reflexão e a vivência dos direitos humanos em um contexto de diversidade e heterogeneidade.

Ensinar a convivência na diversidade é uma tarefa desafiadora que vai além da mera transmissão de informações sobre os direitos; implica na vivência prática e no exemplo cotidiano. Apesar das controvérsias que cercam esse tema, a inclusão torna-se uma realidade cada vez mais evidente. Portanto, é imprescindível buscar a efetivação de seus direitos, um processo que demanda muito mais do que a simples matrícula e a frequência na escola. É necessário promover uma inclusão verdadeira, que se materialize em práticas educativas que respeitem e garantam a dignidade e os direitos de todos os estudantes.

Educar para os direitos humanos é bem mais que adicionar um componente novo à pratica formativa e educativa. É na verdade, construir uma nova identidade: a de educador e educadora em Direitos Humanos, o que faz toda a diferença quando se tem em mente uma educação para o exercício da cidadania, para a construção de uma sociedade marcada, definitivamente, pela dignidade de toda a pessoa humana (Candau et al.,

2013, p.82-83).

Logo, educar para os direitos humanos vai além da simples adição de um novo componente ao currículo; implica uma transformação profunda na prática educativa, onde os educadores se tornam agentes de mudança social. A educação deve formar os alunos para exercerem sua cidadania de maneira consciente e responsável, cultivando um ambiente que valorize a diversidade e a empatia. O objetivo final é a construção de uma sociedade que respeite e promova a dignidade de todas as pessoas, formando cidadãos dispostos a defender não apenas seus próprios direitos, mas também os direitos dos outros.

LEITURA FÁCIL COMO FERRAMENTA INCLUSIVA: PRINCÍPIOS, METODOLOGIAS E APLICAÇÕES

A técnica de leitura fácil para inclusão constitui uma ferramenta fundamental no processo de desenvolvimento das competências de leitura e escrita. Embora não se restrinja a um público-alvo específico, esta técnica pode ser adaptada para atender a diversas deficiências, tornando-se um recurso valioso para o professor mediador. Além disso, ela beneficia também outras crianças que possam encontrar dificuldades no percurso da aprendizagem da leitura e da escrita, contribuindo para um ambiente educacional mais acessível e inclusivo.

Desa forma, a Leitura Fácil tem a proposta de simplificar a linguagem, tornando a leitura mais acessível e amigável. Além de textos informativos, a técnica permite adaptar também obras literárias em prosa, possibilitando que esses textos alcancem um público mais amplo e com diferentes necessidades de leitura. Os Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa, trazem um conceito de leitura que a define como:

[...] um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características dos gêneros, do portador, do sistema de escrita, não se tratam simplesmente de extrair informações da escrita, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão, na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura (PCN, 1998, p. 53).

A leitura é um meio pelo qual se tem a capacidade de utilizar o sistema alfabético de escrita para exprimir ideias, são atos que só acontecem de fato numa relação dialógica onde professores e alunos busquem vivenciar experiências que direcione o encontro dos significados que o texto promove, numa situação pedagógica em que leitor e autor dialeticamente participam de forma ativa da construção de novos significados (Oliveira, 2015).

É fundamental que o professor compreenda isso, para que, em sala de aula, possa trabalhar textos de forma interativa, promovendo o diálogo, o debate, a dúvida e criação de novos textos, possibilitando, a troca de experiências e o trabalho de reflexão.

No que diz respeito a Leitura Fácil para crianças incluídas, (Pires, Machado, Scherer & Kemper, 2023) recomenda-se um contexto inclusivo na turma regular, o estudante deve inicialmente ler de forma autônoma e responder a questionamentos sobre a compreensão. Textos extensos devem ser divididos em partes, com instruções claras para cada atividade. É indicado evitar impressão frente e verso e deixar espaço para respostas logo abaixo das questões para facilitar o acompanhamento.

Assim, o incentivo à leitura autônoma com questionamentos permite que a criança desenvolva habilidades de interpretação e raciocínio crítico. Dividir o texto em partes facilita a compreensão por crianças com necessidades específicas, como aquelas com déficit de atenção. Assegurar um espaço dedicado às respostas logo após as questões reduz distrações, melhorando o foco. O benefício está em uma leitura mais organizada e acessível, adaptada para facilitar o aprendizado e incentivar a independência.

Para adaptar ou escrever em Leitura Fácil, é essencial seguir algumas orientações. Primeiro, é necessário ler e compreender profundamente o texto original, selecionando apenas as ideias principais e descartando informações irrelevantes. Conhecer o público-alvo e imaginar como transmitir a men-

sagem oralmente facilita a adaptação. Identifique palavras difíceis e, se necessário, crie um glossário para explicá-las. Utilize linguagem adulta, sem infantilização, e opte por substituir palavras incomuns ou explicá-las com exemplos (Pires, Machado, Scherer & Kemper, 2023).

Dessa forma, adaptar o conteúdo para Leitura Fácil exige selecionar ideias principais e eliminar informações desnecessárias, o que torna o texto mais direto e menos cansativo. Conhecer o público facilita a escolha de linguagem apropriada, garantindo que a mensagem seja clara sem subestimar o leitor. O glossário auxilia na compreensão de termos complexos, enquanto a linguagem adulta reforça o respeito pela capacidade do leitor. Esse processo ajuda a tornar o conteúdo acessível e respeitoso, promovendo o entendimento e a inclusão.

É recomendado o uso consistente de termos, preferência por verbos e enunciados afirmativos, e evitar estrangeirismos, advérbios terminados em "-mente", tempos verbais compostos, e siglas complexas Para criar textos de fácil leitura, utilize linguagem simples e concreta, limitando o uso de símbolos e metáforas a casos essenciais, explicando-os quando usados. Prefira tempos verbais compostos e concretos, evitando termos abstratos. Ao incluir números, escreva-os numericamente, arredonde valores e evite números romanos e porcentagens. Para datas e horários, use formatos claros, com horários em sistema de 12 horas e datas por extenso. (Pires, Machado, Scherer & Kemper, 2023).

Com isto, evita que o leitor perca o foco na leitura. A preferência por verbos afirmativos e a redução de abstrações ajudam o leitor a entender e seguir o conteúdo com mais facilidade. A simplificação numérica e a escolha por datas claras contribuem para uma leitura mais acessível, minimizando a confusão e tornando o material mais compreensível para pessoas de diferentes níveis de escolaridade.

Organize orações curtas em períodos simples e apresente eventos em sequência lógica e cronológica. Prefira pontuação simples (vírgula, ponto final, travessão), mantenha frases com até 65 caracteres por linha e alterne narração com diálogos claros. Utilize imagens simples e explicativas que complementem o texto, evitando decorações desnecessárias, marcas d'água ou fundos que possam confundir o leitor (Pires, Machado, Scherer & Kemper, 2023).

A inclusão de imagens explicativas sem detalhes excessivos ajuda na compreensão visual, reforçando o texto sem distrair o leitor. Manter uma sequência lógica e clara proporciona um ambiente de leitura mais fluido e menos desgastante, promovendo uma experiência de aprendizado mais agradável e eficaz.

Este conjunto de diretrizes orienta educadores sobre a criação de materiais de leitura acessíveis e fáceis de compreender. Recomenda-se escolher imagens de boa qualidade, com foco e nitidez, e evitar aquelas pixeladas ou excessivamente decorativas. As imagens devem estar próximas ao texto, mas sem interrompê-lo, e sempre posicionadas de maneira consistente (por exemplo, sempre à direita), para manter a organização visual (Pires, Machado, Scherer & Kemper, 2023)

Deste modo, posicionar imagens de forma consistente auxilia na identificação de informações visuais, criando uma estrutura que facilita a navegação pelo conteúdo. Esses cuidados ajudam crianças a associarem imagens ao conteúdo textual, favorecendo a retenção de informações de forma organizada e atraente.

Esquemas e quadros devem ser simplificados, com linhas e setas claras, evitando decorações excessivas. Ao usar fontes, prefere-se tamanhos a partir de 12 e tipos sem serifa (como Arial ou Helvetica) para facilitar a leitura. A estrutura de texto deve ter espaçamento de 1,5 entre linhas, alinhamento à esquerda (sem justificar) e evitar caixa alta e fontes decorativas (Pires, Machado, Scherer & Kemper, 2023).

Por conseguinte, utilizar esquemas simplificados facilita a interpretação visual das informações, especialmente para leitores com dificuldades de foco ou concentração. O uso de fontes legíveis e tamanho adequado melhora a acessibilidade para pessoas com dificuldades visuais. O espaçamento e o alinhamento específicos mantêm o texto bem distribuído, promovendo uma leitura mais fluida e reduzindo o cansaço visual.

Segundo Pires, Machado, Scherer & Kemper (2023) a diagramação inclui o uso de margens largas e listas em tópicos uniformes para melhor legibilidade. Devese também evitar deixar preposições e conjunções no fim das linhas, garantindo fluidez na leitura. Por fim, revisões ortográficas, de coerência e de adaptação são essenciais, assim como a validação do material com o público-alvo para assegurar acessibilidade.

Consequentemente, o uso de margens largas e tópicos organizados torna o texto mais confortável para leitura, evitando aglomeração de informações. Evitar preposições ao final das linhas preserva o sentido das frases e melhora a fluidez da leitura. Realizar revisões e validar o material garante que as necessidades do público-alvo sejam atendidas, contribuindo para um material inclusivo e adaptado. Isso assegura uma leitura mais clara, eficiente e agradável para todos os usuários. Para aplicar essas recomendações, seguem alguns exemplos práticos para Leitura

Fácil:

Obediência de todas as regras ortográficas e gramaticais: Um texto adequado usaria a acentuação e ortografia correta, como "saúde" em vez de "saude."

Separação com o uso de ponto em lugar da vírgula: "O dia estava nublado. As crianças brincaram na praça." Em vez de: "O dia estava nublado, as crianças brincaram na praça."

Evitar o uso de reticências: Prefira escrever "O professor explicou novamente o conteúdo" em vez de "O professor explicou o conteúdo...".

Indicação de diálogos com balões de conversa: Para um diálogo entre Pedro e Ana, representá-los como num quadrinho: - Pedro: "Posso ajudar com a lição de casa?" - Ana: "Sim, obrigada!"

Escrita de numerais: Use "João comeu 3 maçãs" em vez de "João comeu três maçãs."

Escrita completa de datas: "O evento será no dia 25 de dezembro de 2024" em vez de "25/12/24."

Registro de horários por extenso: "A reunião começará às dez horas e trinta minutos" ao invés de "10h30."

Evitar tempos e modos verbais complexos: Prefira "João vai viajar" em lugar de "João viajará."

Forma composta para ideias no futuro: Escreva "Maria vai ler o relatório amanhã" em vez de "Maria lerá o relatório amanhã."

Preferência pela voz ativa: "O governo construiu a ponte" ao invés de "A ponte foi construída pelo governo."

Uso da forma direta: "João vive em Salvador" ao invés de "Em
Salvador, vive João."

Evitar substituição do sujeito por pronomes: "Ana gosta de ler. Ana sempre lê antes de dormir" em vez de "Ana gosta de ler. Ela sempre lê antes de dormir."

Evitar orações impessoais: Use "Nós precisamos ajudar a comunidade" em vez de "É necessário ajudar a comunidade."

Estrutura simples de oração: Prefira "O aluno terminou a prova" em vez de "Assim que terminou, o aluno finalizou a prova."

Formas afirmativas: Use "Ele foi ao evento" em vez de "Ele não faltou ao evento."

Uso de palavras curtas e de sílabas simples: "O aluno aprendeu rápido" ao invés de "O discente adquiriu conhecimento rapidamente."

Vocabulário cotidiano: Prefira "Vamos ajudar a todos" em vez de "Vamos auxiliar a todos."

Evitar palavras difíceis: "A situação estava confusa" em vez de "A situação estava nebulosa."

Precisão no vocabulário: Use "A criança sorriu" em vez de "A criança teve uma reação facial positiva."

Evitar palavras vazias: "O céu nublado indicava que choveria em breve" ao invés de "O céu parecia indicar possibilidades de precipitação breve."

Evitar sinônimos frequentes: Repita o termo inicial, como "cachorro" em vez de alternar com "canino" ou "pet."

Apoio de imagens e explicações para palavras complexas: Inclua a definição de "metabolismo" ao mencioná-lo e um diagrama explicativo sobre o processo corporal.

Evitar abreviaturas e siglas: Escreva "Organização das Nações Unidas" em vez de "ONU," e explique seu significado no primeiro uso.

Evitar linguagem figurada: Use "O professor estava calmo" em vez de "O professor estava com o sangue frio."

Acompanhamento de conceitos abstratos com exemplos: Para explicar "solidarieda-

de", utilize uma história de crianças ajudando uma amiga.
Substituir percentagem com termos simples: Use "Ele doou muita comida" ao invés de "Ele doou 80% da comida."
Estilo de conversação: Prefira "O que você acha dessa ideia?" para engajar o leitor diretamente.
Ideias principais claras: Inicie o parágrafo com a mensagem principal, como "A saúde mental é essencial para o bem-estar."
Limite de conteúdo por página: Divida uma lista extensa em várias páginas, com uma ideia por seção.
Concisão e uma ideia por frase: Prefira "A equipe organizou o evento" ao invés de "A equipe fez a organização do evento que aconteceu."
Linguagem apropriada para o público: Escolha frases simples para crianças, como "Hoje vamos aprender sobre plantas."
Informação relevante e significativa: Direcione o conteúdo para as necessidades do leitor, evitando incluir detalhes irrelevantes.
Distribuição gráfica adequada: Use papel mais grosso para facilitar o manuseio das páginas e evitar transparência.
Apresentação visual atrativa: Utilize cores e gráficos claros, organizados sem sobrecarregar a página.
Máximo de 15 páginas: Concentre o conteúdo essencial em poucas páginas para facilitar a leitura.
Indicar quem pode ajudar com dúvidas: Inclua "Para ajuda, contate o professor João no telefone xxx."
Fonte única e legível: Escolha Arial ou Verdana para o corpo do texto, evitando combinações de fontes.
Tamanho de letra grande: Use fonte 16 para facilitar a leitura.
Fonte clara: Prefira Arial, evitando fontes decorativas que dificultem a leitura.
Evitar fontes manuscritas: Use fontes legíveis como Calibri em vez de uma fonte que simule caligrafia.
Efeitos tipográficos com moderação: Limite o uso de negrito para títulos ou palavras essenciais.
Contraste adequado: Use letras pretas em fundo branco, ajudando na legibilidade, especialmente para pessoas com baixa visão.
Neste sentido, essa técnica representa um avanço na democratização da educação, pois possibilita o acesso ao conhecimento e à cultura de forma equitativa.
A Leitura Fácil emerge como uma ferramenta indispensável para promover a inclusão e acessibilidade no ensino, especialmente na construção de habilidades de leitura e escrita. Suas diretrizes orientam para uma adaptação cuidadosa e personalizada dos textos, considerando as necessidades de cada aluno e utilizando abordagens simplificadas que facilitam a compreensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a expansão da inclusão educacional no Brasil, especialmente com o aumento significativo das matrículas de estudantes com deficiência em classes regulares, reflete um importante avanço em direção a uma sociedade mais inclusiva e respeitosa dos direitos humanos. Contudo, essa inclusão demanda muito mais do que o acesso formal à educação. Requer práticas pedagógicas adaptadas e comprometidas com a acessibilidade em todas as suas dimensões, permitindo que os estudantes não apenas participem, mas também se desenvolvam plenamente em um ambiente que valorize suas particularidades.
A técnica da Leitura Fácil surge como uma ferramenta essencial para garantir a equidade no acesso ao conhecimento, ao adaptar textos e materiais didáticos de modo a facilitar a compreensão e a interação de estudantes com diferentes habilidades cognitivas. Tal abordagem não apenas amplia o letramento, mas também promove uma experiência educativa mais rica e significativa, onde a aprendizagem é construída de forma dialógica, inclusiva e sensível às diversidades.
Portanto, a efetiva implementação de um sistema educacional inclusivo exige a consolidação de práticas que respeitem e promovam a dignidade de cada estudante, assegurando que todos tenham as oportunidades e os recursos necessários para exercerem sua cidadania e contribuírem para uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 7.612 de 17 de novembro

de 2011.Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência -Plano Viver sem Limite. Brasília, 2011.
Acessado em 15/07/2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm.
Acesso em 23 out 2024.
BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em 25 out 2024.
BRASIL. Lei 13.146/15.Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 22 out 2024.
BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília, DF: MEC, 1998.
BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Documento Orientador do Programa Escola Acessível.Brasília, 2013
BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdfBRASIL. Acesso em 22 out 2024.
BRASIL. Secretaria Direitos Humanos. Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Brasília: SEDH/ PR, 2010
CANDAU, V.M. et al. Educação em direitos humanos e a formação de professores(as) São Paulo: Cortez, 2013.
FINATTO, M. J., & TCACENCO, L. M. Tradução intralinguística, estratégias de equivalência e acessibilidade textual e terminológica. Revista TradTerm: Janeiro, 2021.
OLIIVEIRA. Valéria Marques de. Interação entre o texto e o leitor [manuscrito]: como se comporta o leitor na construção dos sentidos do texto no instante da recepção / Valéria Marques de Oliveira – Goiânia, 2015. 147 f. Disponível em: http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3234/1/VALERIA%20MARQUES% 20DE %20OLIVEIRA.pdf. Acesso em 24 out 2024.
ONU. Carta Internacional de los derechos del hombre.183ª sesión plenaria.
1948. Disponível em: enhttp://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/217(III)&referer=/english/&Lang=S. Acesso em 20 out 2024
ONU. Organização das Nações Unidas. Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência. 1993. Recuperado de http://www.inr.pt/uploads/docs/Edicoes. Acesso em 19 out 2024.
PARAGUASSU, Liana Braga; FINATTO, Maria José Bocorny. Simplificação, acessibilidade textual e tradução em ambientes multilíngues. Revista GTLEx.
Uberlândia, vol. 3, n. 2, jan./jun. 2018. ISSN: 2447-9551. p. 251-29
PIRES, Vanessa de Oliveira Dagostim; MACHADO, Verônica Pasqualin; SCHERER, Renata Porcher; KEMPER, Catarine. Manual de leitura fácil para educadores. Pelotas: Editora IFSul, 2023.
PIRES, Vanessa de Oliveira Dagostim; SCHERER, Renata Porcher; MACHADO, Verônica Pasqualin. Um manual de Leitura Fácil para educadores. Enierpt, 2021. PLETSCH, Márcia D. LIMA, Marcela F. C. A escolarização de alunos com deficiência intelectual na educação básica sob vigência da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. In: MENDES, Geovana. PLETSCH, Márcia. HOSTINS, Regina. Educação Especial e/na Educação Básica: entre especificidades e indissociabilidades. Araraquara: 2019. p. 38-63.
PLETSCH, Márcia D. O que há de especial na educação especial brasileira? Momento: diálogos em educação, v. 29, n.1, p. 57-70, jan./abr., 2020.
SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p.10-16
UNESCO. Declaración de Salamanca de prin-

cipios, políticas y práctica para las necesidades educativas especiales. Marco de acción sobre las necesidades especiales. Salamanca, España, 1994.